



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PARECER JURÍDICO Nº 163/2023 – ASSJUR/SEAD
PROCESSO: TJPA-PRO-2023/01154
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 25, II DA LEI Nº 8.666/1993 . VIABILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

Senhor Secretário,

I. RELATÓRIO

1. Cuida-se de procedimento encaminhado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa, em 20 de março de 2023, com vistas a contratação direta, por inexigibilidade de licitação de instituição especializada para ministrar o curso: Letramento em para conhecimento e adoção das medidas violências estruturais e Justiça Restaurativa, entendidas pertinentes (fls.02).
2. Encontra-se atestado nos autos que a contratação pretendida está alinhada com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada aos seguintes Macrodesafios e iniciativas estratégicas: **Garantia dos Direitos fundamentais-Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça criminal-Fortalecimento da Justiça Restaurativa**. Além disso, a ação consta no Plano anual de Contratações do Poder Judiciário do Pará, para o exercício de 2023, estando inclusa no item EJ7A23, constituindo-se uma ação educacional imprescindível ao alcance da iniciativa estratégica referida (fls. 13).
3. Foi instituída a equipe de planejamento e de festão e fiscalização (fls.16/18).
4. Para o que interessa à análise, os autos encontram-se instruídos com os seguintes documentos:
 - Documento de Oficialização da Demanda (fls.11/15);
 - Termo de Referência (fls.19/32) e sua aprovação (fls.93);
 - Conteúdo programático: Curso Letramento em Violências Estruturais e Justiça Restaurativa (fls.33/47);





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- Proposta da pessoa jurídica Humana Arte (fls.48/61);
- Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (fls.62);
- Certificado de Regularidade do FGTS (fls.103);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fls.64);
- Certidão de Regularidade Fiscal - Estado do Rio de Janeiro (fls.65);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (fls.66);
- Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa – PGE/RJ (fls.67);
- Certidão Negativa – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (fls.68);
- Certidão Negativa de Débitos – Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (fls.69);
- Certidão Negativa de Débito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (fls.70);
- Inscrição na JUCERJA (fls.71/74);
- Declaração de Enquadramento de ME (fls.75);
- Certidão Simplificada – SINREM – Estado do Rio de Janeiro (fls.77/78);
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (fls.79);
- Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (fls.81);
- Atestados de Capacidade Técnica (fls.82/88);
- Certidão TCU (fls.89);
- Disponibilidade Orçamentária (fls.90 e 96); e
- Justificativa de preço (fls.101/102).

4. Os autos retornam a esta assessoria aos 25 de abril de 2023 e, o último documento constante do acervo é o Certificado de Regularidade do FGTS (fls.103).

5. É o relato essencial.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

II.1. Da tempestividade da emissão do parecer

6. Preliminarmente, transcreve-se estabelecido no artigo 54 da Lei Estadual nº 8.972/2020, que regula o processo administrativo no âmbito do Estado do Pará:

Art. 54 Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1º Se um parecer obrigatório ou vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso, sem motivo justificado.

7. Desta forma, considerando que os autos foram encaminhados a esta Assessoria no dia 25 de abril de 2023 (terça-feira), com a emissão de parecer em 26 de abril de 2023 (quarta-feira), resta cumprida a previsão.





II.2. Finalidade e Abrangência do Parecer Jurídico

8. Salienta-se que a presente manifestação baseia-se, exclusivamente, nos elementos que constam, até a data atual, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Bem assim, incumbe à assessoria jurídica desta Corte, prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não fazendo parte desta análise questões relativas à discricionariedade.

9. Ademais, no que se refere aos aspectos de natureza técnica alheios à seara jurídica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente.

10. Esclareça-se, por oportuno, que as recomendações registradas neste opinativo são feitas em prol da segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

11. Destaca-se, ainda, que a análise ora procedida fica adstrita **à viabilidade jurídica de contratação por inexigibilidade de licitação de instituição especializada para ministrar o curso: Letramento em para conhecimento e adoção das medidas violências estruturais e Justiça Restaurativa, entendidas pertinentes.**

III.DA ANÁLISE JURÍDICA

III.1. Da licitude do objeto

12. A formulação administrativa da pretensão contratual envolve aspecto gerencial, técnico. Na descrição do objeto, o gestor precisará definir apenas o essencial para as necessidades administrativas. Devem ser evitados detalhes irrelevantes ou impertinentes (art. 3º, inc. II da Lei nº. 10.520, de 2002).

13. Os artigos 14, 38, caput, e 40, I, da Lei nº. 8.666, de 1993, dispõem, igualmente, sobre a importância da adequada caracterização do objeto.

14. A recomendação mais importante é descrever detalhadamente o objeto a ser contratado, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº. 4.150, de 1962.

15. No caso, o objeto foi definido no item 01 do Termo de referência, tratando-se de competência técnica a aferição do correto atendimento ao disposto no art. 40, I da Lei nº 8.666/1993:

- DO OBJETO

Contratação direta de instituição especializada de renome, Silvia da Cunha Vieira Treinamentos em Desenvolvimentos Profissionais e Gerenciais, para ministrar o curso: Letramento em Violências estruturais e Justiça Restaurativa, na modalidade presencial,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

conforme descrito no Projeto Pedagógico(anexo I) e Proposta Financeira da instituição (anexo II),no período, carga horária e condições especificadas nos referidos documentos.

16. Quanto ao mais, consta dos autos como justificativa a necessidade de capacitação da equipe do Projeto Porto Seguro (Acordo de Cooperação nº. 023/2022), cujas ações se destinam para contribuir para o fortalecimento das ações da Justiça Restaurativa no Estado do Pará, atendendo as diretrizes programáticas da Resolução nº 225/2016 e Resolução nº 458/2022, do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional, ambos do CNJ; da Resolução 23/2018 do TJPA.

17. Ao seu turno, o Acordo de Cooperação nº. 023/2022 foi celebrado entre esta Corte, por meio da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e, da Coordenadoria de Justiça Restaurativa, a Fundação Papa João XXIII, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria de Estado de Educação, aos 23 de agosto de 2022.

18. O objeto do referido ACT encontra-se descrito em sua Cláusula Primeira. Oportuna a transcrição:

Constitui objeto do presente Acordo de Cooperação, a implementação de ações que garantam a execução do Projeto “Porto Seguro: Círculos de Diálogo” através da realização de Círculos de Construção de Paz com crianças, adolescentes, familiares/responsáveis e profissionais e realização de atividades de pesquisa, monitoramento e avaliação das ações do projeto, de acordo com o disposto pela Resolução nº 225/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

19. Ademais, na cláusula segunda do ACT nº. 023/2022, encontram-se previstas as obrigações desta Corte, *verbis*:

1. Designar 22 (vinte e dois) facilitadores, devidamente capacitados, para desenvolverem Círculos de Construção de Paz com crianças, adolescentes, familiares/responsáveis e profissionais, com cumprimento de 30 horas mensais;
2. Designar 06 (seis) supervisores técnicos devidamente capacitados para atuar junto aos facilitadores/as, na supervisão das atividades realizadas, com cumprimento de 30 horas mensais;
3. Providenciar o pagamento de auxílio e vale transporte a equipe designada para a implementação de ações que garantam a execução do Projeto no valor estabelecido no Plano de Trabalho;
4. Elaborar Plano de Ação para a realização dos Círculos de Construção de Paz;
5. Promover reuniões periódicas de avaliação das ações do projeto, visando adequações e correções necessárias;
6. Apresentar relatório trimestral, semestral e de encerramento das atividades do projeto;
7. Assegurar a distribuição de camisas personalizadas do Projeto Porto Seguro aos facilitadores, supervisores e equipe de coordenação;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

8. Disponibilizar os materiais necessários ao desenvolvimento das dinâmicas do Projeto;
9. Coordenar as ações inerentes ao pleno desenvolvimento das atividades objeto deste Termo;
10. Coordenar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades necessárias a perfeita execução do presente objeto.

III.2. Da Contratação Direta

20. A inexigibilidade de licitação, como modalidade de contratação direta, exige procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. É imprescindível a observância de etapas e formalidades legais. Ainda que se trate de contratação direta, é necessária a formalização de um “procedimento licitatório”, que culmine na celebração do contrato.

21. Nesse sentido, ensina Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”:

Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. ‘Ausência de licitação’ não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc.). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação”.
(grifos nossos)

22. O inciso XXI, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelece, como regra geral, a obrigatoriedade de realização prévia do procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público.

23. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, desde que previstas na legislação pátria, como é o caso da dispensa e da inexigibilidade de licitação.

24. Dentre os casos excepcionados pela legislação estão aqueles nos quais a própria competição revela-se inviável, situação que a lei chamou de “inexigibilidade” e aqueles nos quais, embora teoricamente viável, a competição, de algum modo, pode conduzir a um resultado não satisfatório ao interesse público. Legítima-se, pois, o afastamento da licitação, situação que a lei denominou “dispensa”.

25. A doutrina majoritária sustenta que a inviabilidade de competição caracteriza-se quando “só um futuro contratado” ou “só um objeto vendido por fornecedor exclusivo” satisfaz o interesse da administração, mas há, porém, outras situações passíveis de serem enquadradas no caput do art. 25 da Lei nº. 8.666, de 1993.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

26. A doutrina enumera alguns casos amparados no caput do art. 25, a saber: inviabilidade de competição por contratação de todos (credenciamento); contratação dos serviços de correios (monopólio); compra de vale-transportes para servidores do órgão; inscrição de servidor em cursos abertos de treinamento oferecido por instituição privada; patrocínios culturais e etc.

III.2.1. A inexigibilidade e licitação com fundamento no art. 25, II da Lei nº 8.666/1993

27. De acordo com o art. 25, II, e seus parágrafos primeiro e segundo, da Lei nº. 8.666, de 1993:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

28. Deste modo, como deve ser contratado profissional ou empresa dotados de notória especialização, incumbe à Administração inferir qual desses profissionais ou empresas prestará o trabalho mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

29. Joel de Menezes Niebuhr¹ adverte sobre a complexidade acerca da caracterização da inviabilidade de competição com base no art. 25, inciso II:

(...) vem à colação a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, cuja aferição é deveras complexa, dado que nela pode haver pluralidade de pessoas capazes de prestarem o serviço visado pela Administração, porém, noutro delta, faltam critérios objetivos para cotejá-las, pressupondo grau de subjetividade que faz cair por terra a competitividade.

30. Assim, faz-se primordial explicar os conceitos nucleares insertos no inciso II do artigo 25 da Lei de Licitações. São eles: “serviços técnicos”, “natureza singular” e “notória especialização”.

a) Serviço Técnico

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. Belo Horizonte: Fórum, 2008



TJPAPRO202301154V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

31. Pois bem. O inciso II do art. 25 da Lei nº. 8.666, de 1993 prevê que os serviços técnicos ali mencionados são os referidos no art. 13 do mesmo diploma, que assim dispõe:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

VIII - (Vetado).

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos

profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

§ 2º Aos serviços técnicos previstos neste artigo aplica-se, no que couber, o disposto no art. 111 desta Lei.

§ 3º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato

32. No caso dos autos, consta expressamente no TR que o serviço que se pretende contratar é de natureza técnica especializada (fls.21).

33. Nas palavras do professor Luís Cláudio de Azevedo Chaves², em comentários acerca da Decisão acima, a hipótese prevista VI do art. 13 da Lei nº. 8.666, de 1993, não deve ser restrita apenas às ações de treinamento, devendo ser estendida a todas as ações de educação, em todos os níveis. Disso ressaltamos que estão incluídos neste contexto, a contratação de professores, instrutores e conferencistas quando chamados por via direta a (pessoa física); contratação de cursos de extensão (curta ou longa duração), de graduação ou de pós-graduação na forma *in company*; inscrição em cursos de extensão, de graduação ou de pós-graduação abertos a terceiros na forma presencial ou no sistema EAD.

² Revista do TCU 129. Disponível em <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/24/21>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

34. Assim, a contratação pretendida, ao menos em tese, amolda-se à hipótese prevista no inciso VI do artigo 13 da Lei nº 8.666, de 1993 (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal), caracterizando-se como serviço técnico.

b) Natureza Singular

31. Preliminarmente, observe-se que a singularidade do serviço é distinta da exclusividade exigida no art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, como defende Joel de Menezes Niebuhr³:

Advirta-se que, diferentemente da inexigibilidade fundada no reconhecimento do fornecedor exclusivo, já agora os serviços enunciados no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993 podem ser prestados por vários especialistas. Isto é, não se faz necessário que somente uma pessoa disponha da técnica pretendida pela Administração, outros também podem dominá-la; no entanto todos eles a realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que, repita-se, a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

32. No mesmo sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello também defende que a singularidade não se confunde com a exclusividade, salientando que “a singularidade mencionada não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço. Isto é, são singulares, embora não sejam necessariamente únicos”⁴.

33. Na esteira desse raciocínio, Ronny Charles⁵ entende que:

Já a singularidade envolve elemento objetivo, sendo característica diferenciadora do objeto. E o serviço pretendido pela Administração que é singular e não aquele que o executa, caso contrário, estaríamos diante de uma exclusividade, tornando inócua o dispositivo, pela prescrição já existente no inciso I deste artigo.

Ivan Barbosa Rigolin assevera que:

(...) singular é aquele serviço cujo resultado final não se pode conhecer nem prever exatamente antes de pronto e entregue; aqueles cujas características inteiramente particulares, próprias do autor, o façam único entre quaisquer outros. O único elemento sabido nesse caso é que cada autor o fará de um modo, sem a mínima possibilidade de que dois produzam exatamente o mesmo resultado. Cada qual tem a chancela de um autor, sendo, nesse sentido, único.

34. Pelo que consta dos autos, a singularidade do objeto se encontra demonstrada diante da especialidade técnica da pessoa jurídica (fls.21) que demonstra natureza peculiar, amoldando-se à exigência da norma. Além disso, o TR informa:

Logo, a conclusão inexorável é que o resultado da execução dos serviços prestados pelos Professores é imprevisível, o que o caracteriza como de natureza singular. Não é possível sequer imaginar qual será o nível de aprendizado obtido ao final de uma ação de capacitação.

35. Acrescente-se que a necessidade da contratação decorre de obrigação assumida por esta Corte quando da celebração do ACT nº 023/2022, que impõe a necessidade de capacitar os profissionais que atuarão no Projeto Porto Seguro que se propõe ao fortalecimento das

³ Op. Cit

⁴ MELLO, Celso Antônio Bandeira de, Curso de Direito Administrativo, 148 ed., São Paulo: Malheiros, 2002

⁵ TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2009





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ações de Justiça Restaurativa no Estado do Pará e, nesse contexto, resta demonstrado nos autos que a futura contratada atua ministrando cursos com a temática “Justiça Restaurativa”.

36. Atendido, portanto, tal requisito.

b) Notória Especialização

37. O § 1º do art. 25 da Lei n. 8.666, de 1993, estabelece que :

Art. 25.Omissis.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

38. No escólio do professor Hely Lopes Meirelles⁶, notória especialização é o reconhecimento público da alta capacidade profissional. Notoriedade profissional é algo mais que habilitação profissional. Esta é a autorização legal para o exercício da profissão; aquela é a proclamação da clientela e dos colegas sobre o indiscutível valor do profissional na sua especialidade os quais adequam-se ao perfil que se pretende para a formulação do conteúdo do curso, sendo, ao que tudo indica, aptas à satisfação do resultado esperado.

39. Acrescenta o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves⁷:

Notório especialista é o profissional (ou empresa) que nutre entre seus pares, ou seja, “...no campo de sua especialidade...” a partir do histórico de suas realizações, elevado grau de respeitabilidade e admiração, de forma que se “...permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.” O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: “...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...”. Mais ainda. A expressão “...ou de outros...” dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto exposto da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la. Se se deseja contratar uma palestra sobre Ética na Abordagem Policial, destinado à tropa policial, um policial civil com vasta experiência operacional e reputação ilibada pode ser considerado notório especialista ainda que não tenha nível superior ou trabalhos publicados. É o seu histórico na profissão que permite, no caso concreto, que faça um prognóstico positivo sobre o alcance dos resultados a serem obtidos na palestra.

40. O Supremo Tribunal Federal – STF , também, já apreciou a matéria:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseja

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 1996

⁷ https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=110



TJPAPRO202301154V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322)"

41. Observa-se que para a contratação com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a notória especialização é aferida de forma subjetiva, primando pelo critério de confiança e credibilidade dos profissionais, ou seja, do seu desempenho anterior, estudos, experiências, pública organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permitindo inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, na letra da lei.

42. O TR apresenta a notória especialização do futuro contratado (fls.23):

A Instituição apresentou como proposta as docentes Sílvia da Cunha Vieira e Viviane Pereira de Ornellas Cantarelli que possuem as seguintes qualificações:

Sílvia da Cunha Vieira: Advogada, formada pela UFRJ. Consultora em Direitos Humanos, Justiça Restaurativa, Mediação de Conflitos, Educação para a Paz e Cultura de Paz. Com 22 anos de atuação nessas áreas, coordenando projetos, pesquisas e formações. Possui Mestrado em Mediação de Conflitos pela Universidad de Buenos Aires e Instituto Kurt Bosh, especialização em Direito Público pela FEMPERJ, Diploma Internacional em Sistemas Jurídicos Indígenas, Pluralismo Jurídico Igualitário e Descolonização pela Universidade de Brasília, Instituto Interamericano de Derechos Humanos e Instituto Internacional Derecho y Sociedad e especialização em Pensamento e Método de Paulo Freire pela Fiocruz e Associação dos Juizes pela Democracia.

Viviane Pereira de Ornellas Cantarelli: Advogada formada pela PUCSP, mediadora pela Palas Athena, facilitadora de justiça restaurativa por CDHEP, Palas Athena, ISA-ADRS e Kay Pranis. Instrutora de Curso para Facilitadores de Justiça Restaurativa e Processos Circulares. Consultora em construção de diálogo e compliance antidiscriminatório

43. Ademais, encontram-se acostados aos autos atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas e privadas (fls.81 e seguinte), os quais autorizam a concluir que a futura contratada possui notória especialização quanto ao serviço que se pretende contratar (*expertise*).

44. Portanto, é de se concluir que diante da reconhecida e demonstrada especialização da futura contratada, o requisito de notória especialização encontra-se preenchido.

III.3. Formalidades legais previstas no art. 26, parágrafo único, da Lei nº. 8.666, de 1993.



TJPAPRO202301154V01





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

45. Analisada a questão referente à possibilidade condicional de contratação mediante inexigibilidade de licitação, cumpre examinar a observância dos requisitos legais impostos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº. 8.666, de 1993.

46. Com efeito, neste caso particular, as exigências consistem em:

- a) justificativa do afastamento da licitação;
- b) razão da escolha do fornecedor;
- c) justificativa do preço;
- d) diligências relativas à ratificação e publicação do ato de inexigibilidade na imprensa oficial.

47. No que diz respeito à justificativa do afastamento da licitação, bem como a razão da escolha do fornecedor, as observações pertinentes já foram destacadas por ocasião da análise dos requisitos para inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, da Lei nº. 8.666, de 1993, em tópico anterior desta manifestação.

48. Com relação à justificação do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste.

49. Em cumprimento, encontra-se acostada proposta cujo preço total dos serviços, já incluídas as despesas de passagens, hospedagem e alimentação, é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), carga horária de 35 (trinta e cinco) horas e 40 (quarenta) vagas, e na modalidade presencial (fls. 34 e seguintes), o que corresponde a um valor de aproximadamente R\$ 714,28 (setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos).

50. Além disso, consta dos autos nota fiscal de serviços demonstrando que, em um curso similar, de 08 (oito) horas, realizado em 2022, a futura contratada recebeu o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), fls.102, o que corresponde a um valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) hora aula.

51. Entende-se, atendido, tal requisito.

• ***Critérios de sustentabilidade.***

52. Deve haver manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no planejamento da contratação (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara), o que se recomenda, de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

53. A esse respeito, o TR informa (fls.24):

1.2. Do impacto ambiental:

A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada.





• **Previsão de recursos orçamentários.**

52. Encontra-se atestada nos autos a Disponibilidade Financeira para atender a futura contratação (fls.90 e 96).

• **Regularidade fiscal e trabalhista do contratado.**

53. A comprovação da habilitação do contratado deve ser exigida com relação aos aspectos essenciais à regularidade da contratação (art. 55, inciso XIII c/c arts. 27 a 33, da Lei nº. 8.666, de 1993).

54. Demais disso, é certo que, no que tange à regularidade fiscal, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonos no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS.

55. Acrescente-se que a Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, estabelece a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

56. Nesse sentido, foram carreadas aos autos: Certificado de Regularidade do FGTS (fls.103); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fls.64); Certidão de Regularidade Fiscal - Estado do Rio de Janeiro (fls.65); Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (fls.66); Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa – PGE/RJ (fls.67); Certidão Negativa – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (fls.68); Certidão Negativa de Débitos – Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (fls.69); Certidão Negativa de Débito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (fls.70); e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa (fls.81).

• **Termo de Referência**

57. Em se tratando de contratação de serviços, determina a Lei nº. 8.666/1993, que seja elaborado TR, devidamente aprovado pela autoridade competente, como se observa dos arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei nº. 8.666/93, este último determinando a aplicação dos demais aos casos de dispensa e inexigibilidade.

58. Certamente, para contratações simplificadas de serviços como os ora postos nos autos, o documento não demanda maior complexidade, exigindo-se os dados básicos da programação da contratação para aprovação superior (projeto básico simplificado).

59. Referido documento se constitui no documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do futuro contratado com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração que, com ele, define exatamente as necessidades a serem atendidas com a celebração do ajuste.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

61. No caso dos autos, o TR discorreu sobre o objeto, justificativa da contratação, forma e critério de seleção do fornecedor, critérios de habilitação, impacto ambiental, especificação técnica, obrigações, sanções etc., o qual foi devidamente aprovado.

62. Os demais itens constantes do Termo de Referência foram analisados ao longo do opinativo.

• **Termo de contrato**

63. A Lei nº. 8.666/1993, em seu art. 62, estabelece que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

64. Por conseguinte, o Decreto nº. 9.412, de 18 de junho de 2018, atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n. 8.666, de 1993:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)

65. Conforme Proposta Comercial, a contratação prevê o dispêndio financeiro máximo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), razão pela qual é possível que haja a dispensa do instrumento contratual.

• **Demais formalidades legais aplicáveis**

66. Sem prejuízo dos documentos já constantes dos autos, deve a autoridade assessorada verificar a correta instrução processual, no que se refere às demais formalidades aplicáveis às contratações administrativas, exigíveis pela Lei nº. 8.666, de 1993.

67. Alerta-se, por fim, que, nos termos do artigo 26, caput, da Lei nº. 8666, de 1993, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, como condição para a eficácia dos atos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

IV. CONCLUSÃO

68. Em face do exposto, ressalvados os aspectos técnicos e econômicos, bem como os relativos à conveniência e oportunidade, que extrapolam a competência deste órgão de assessoramento jurídico, opina-se pela viabilidade jurídica da contratação visada.

É o parecer, que se submete ao Secretário de Administração desta Corte.

Belém-PA, 26 de abril de 2023.

Márcia Cristina de Vasconcellos Araújo
Assessora Jurídica da SEAD

